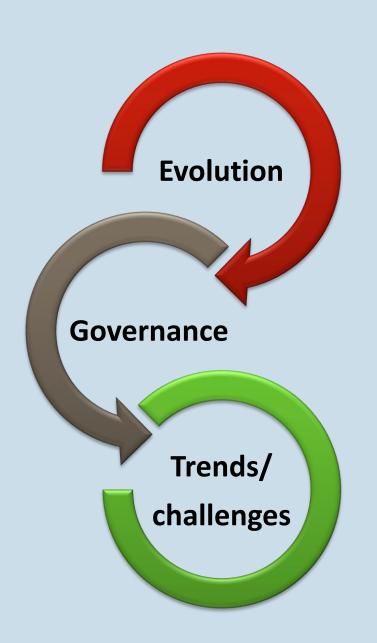


Seminar on "Governance in Education"

School autonomy in Portugal and the pressure for compliance with centralised decisions



Álvaro Almeida dos Santos Amsterdam, 31 May 2016 <u>alvaralmeida@gmail.com</u>

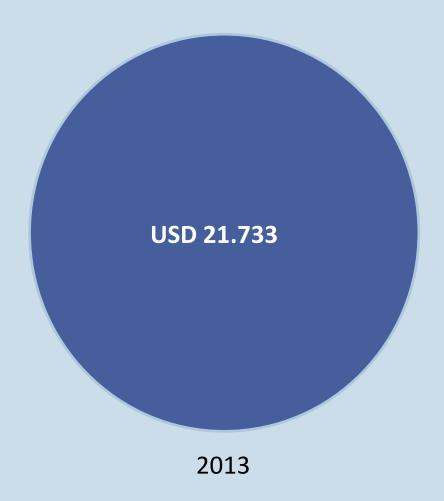


SCHOOL AUTONOMY

DECISIONS

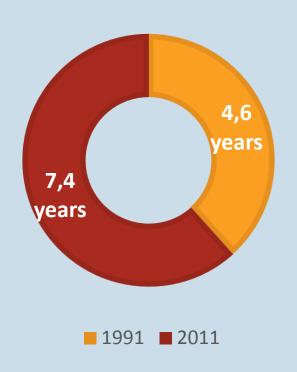


Portuguese GDP per capita between 1985 and 2013



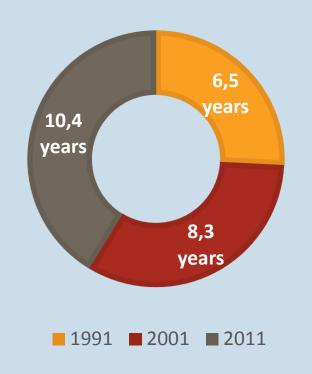
Source: World Bank

Linear evolution of average schooling of the Portuguese population



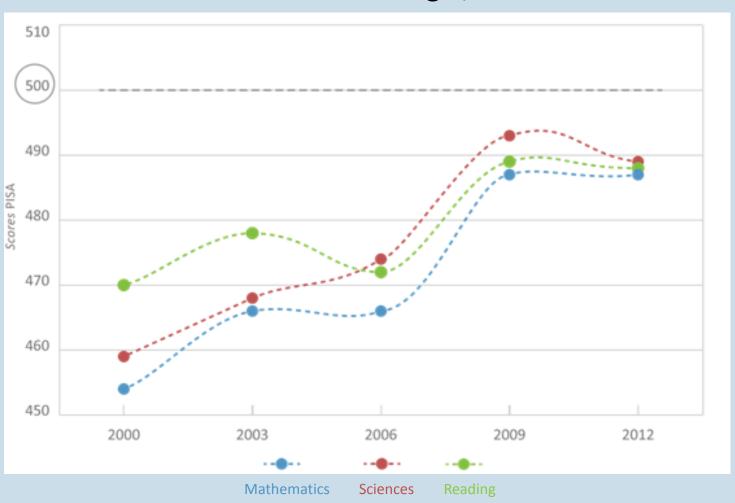
Linear evolution of average schooling of the Portuguese population

(Age group – 25-44)



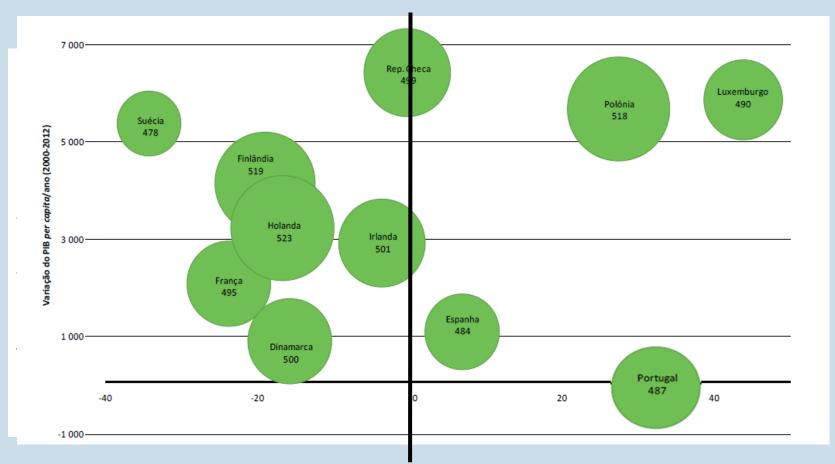
Source: CNE, 2014

PISA evolution – Portugal, 2000-2012



Source: OECD, PISA 200-2012 www.aqeduto.pt

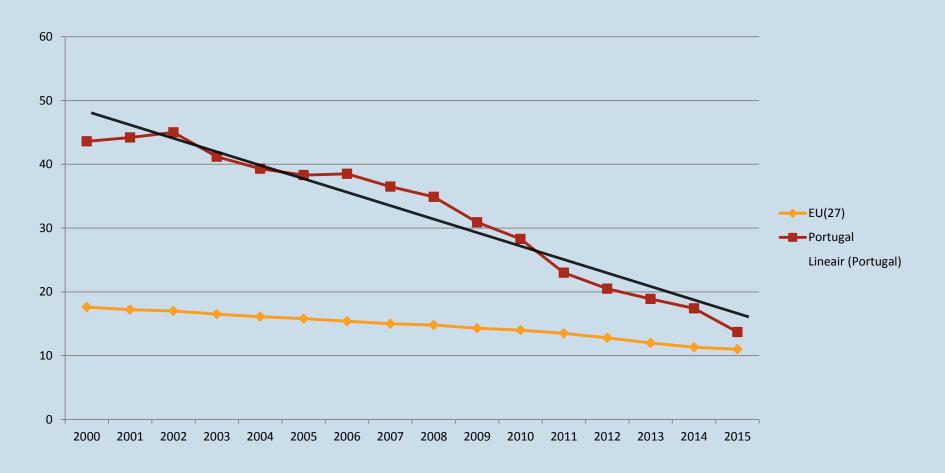
Variation in PISA scores (Mathematics) and GDP in 11 european countries (2000-2012)



PISA scores in Mathematics (2000-2012)

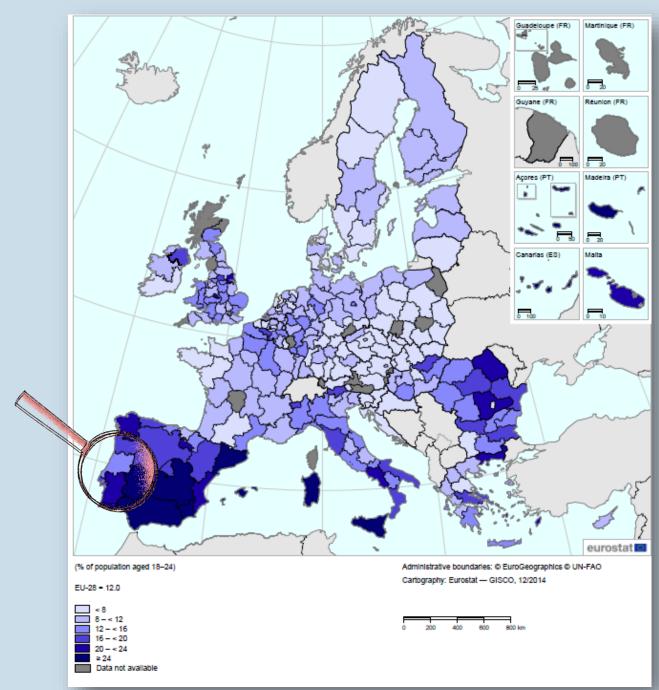
Source: OECD. Stat, 2000-2012; OCDE, PISA 2000-2012

Population aged 18-24 with at most lower secondary education and not in further education or training.



Source: EUROSTAT, April 2016

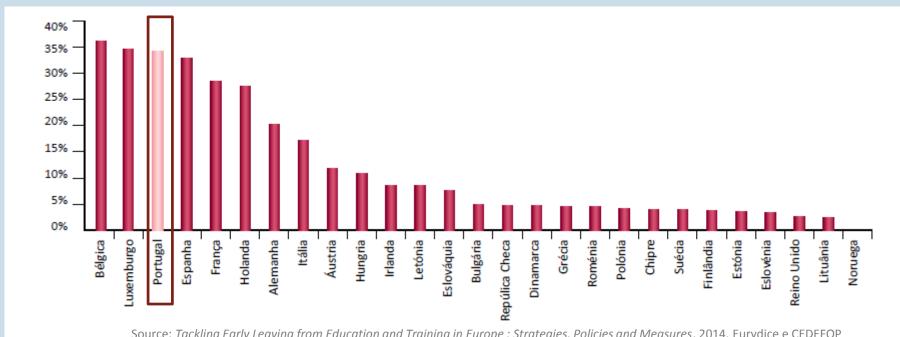
Early School Leaving



Source: EUROSTAT,

2014

15 year students (%) who repeated at least once. PISA, 2012



Source: Tackling Early Leaving from Education and Training in Europe: Strategies, Policies and Measures, 2014, Eurydice e CEDEFOP



1985



Prime Minister of Portugal signing TheTreaty of Accession of Portugal, 12 july 1985

Diário da República, 1. * série-N. * 166-27 de Agosto de 2009

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Education Basis Law - 1986

termos do arjuinte: jundial da Programas, adop-996, aprovado a n.º 81/2009,

Assinado em 30 de Julho de 2009.

Publique-se.

O Presidente da República, Anibal Cavaco Silva.

Referendado em 21 de Agosto de 2009.

O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

2009 - Compulsory Education extended to 18 years of age.

nativa ao Branqueamento, Detecção, Apreensao e Ferta dos Produtos do Crime e ao Financiamento do Terrorismo, adoptada em Varsóvia em 16 de Maio de 2005, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 82/2009, em 3 de Julho de 2009.

Artigo 2.º

A República Portuguesa formula, nos termos previstos na Convenção referida no artigo anterior, as seguintes declarações:

a) Para efeitos do artigo 17.º da Convenção, a República Portuguesa declara que a referida disposição apenas se aplica às categorias de infrações constantes do anexo à Convenção do Conselho da Europa Relativa ao Branquepodem, sem seu consentimento, ser utilizados ou transmitidos pelas autoridades da Parte requerentes para fins de investigação ou procedimentos diferentes dos especificados no pedido.

Assinado em 30 de Julho de 2009.

blique-se.

O Presidente da República, ANIBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 21 de Agosto de 2009.

O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 85/2009

de 27 de Agosto

abelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade,

A Assembleia da República decreta, nos termos da 1ea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.°

Objecto

 A presente lei estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar.

2 — A presente lei consagra, ainda, a universalidade da educação pré-escolar para todas as crianças a partir do ano em que atinjam os 5 anos de idade.

Artigo 2.º

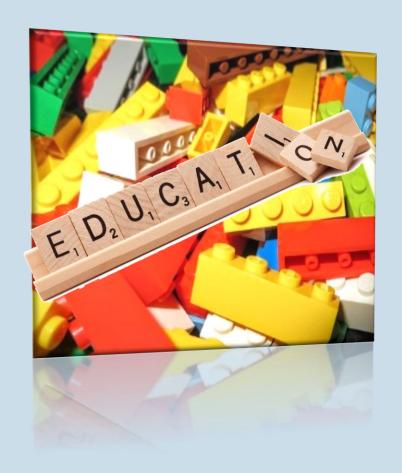
Âmbito da escolaridade obrigatória

1 — Para efeitos do previsto no n.º 1 do artigo anterior, consideram-se em idade escolar as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos.

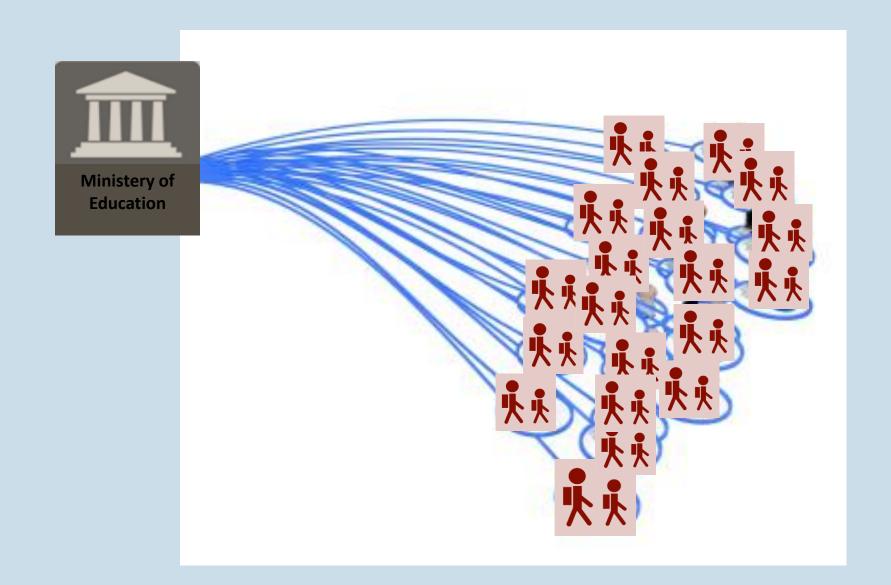
2 — O disposto no número anterior é também aplicável aos alunos abrangidos pelo disposto no Decreto-Lei

SCHOOL AUTONOMY AND RECENTRALISATION

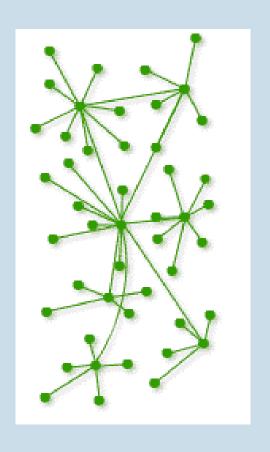
- initiative of the school;
- contract discussion between school (governing body) and a national committee;
- negotiation (specific material resources/performance indicators);
- formal signature of the autonomy and development contract between the school and the Educational Administration.

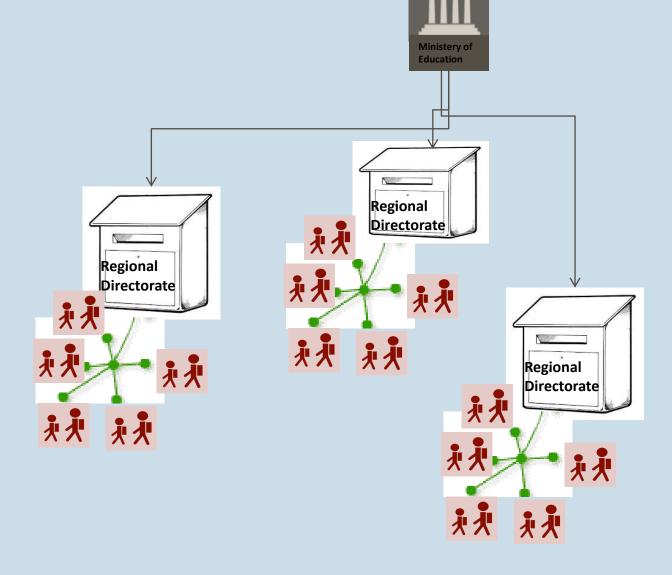


GOVERNANCE



GOVERNANCE



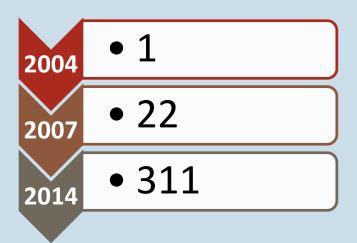






- A general environment of mistrust in people and in institutions.
- A transient and slippery/unstable legal structure in educational matters.
- Uncertainty in the horizon.
- Feeble connections/couplings between structures, means and aims.
- The heavy bureaucratic and administrative burden consuming time and resources in the name of rationality.
- The trumpeted school autonomy never comprehending relevant decisions for positive change.
- The risk of disappointment and exhaustion when knowing how, willing to, and not being allowed the opportunity

Autonomy contracts

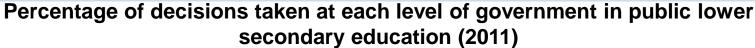


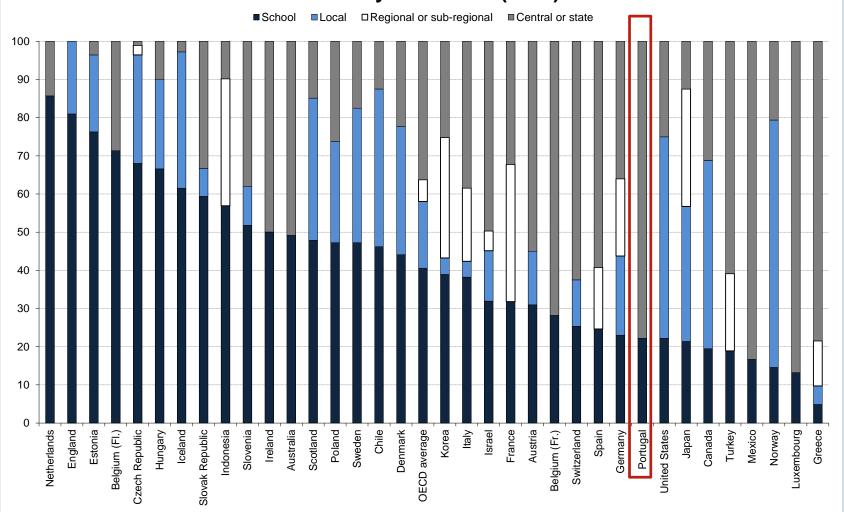


Distribution of schools, Portugal, 2013/2014

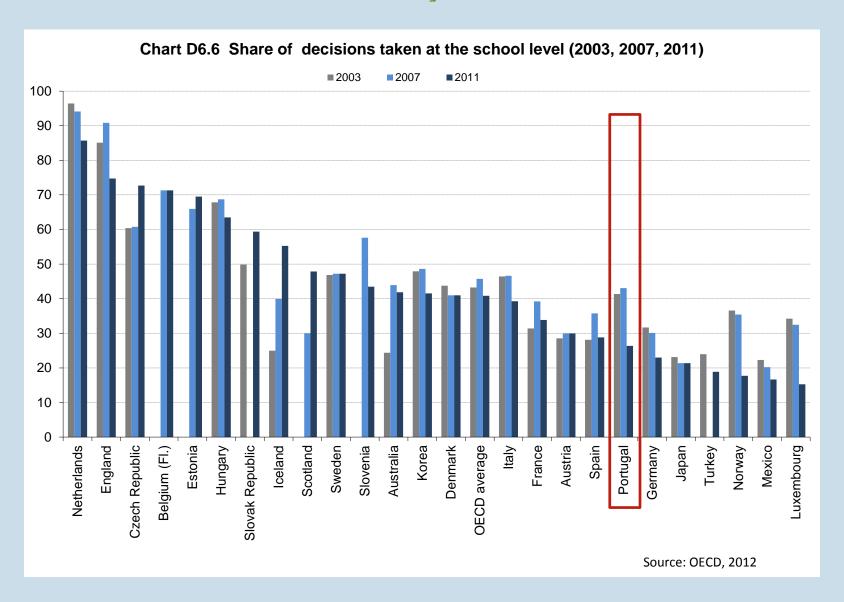


Source: DGEEC-MEC, 2015

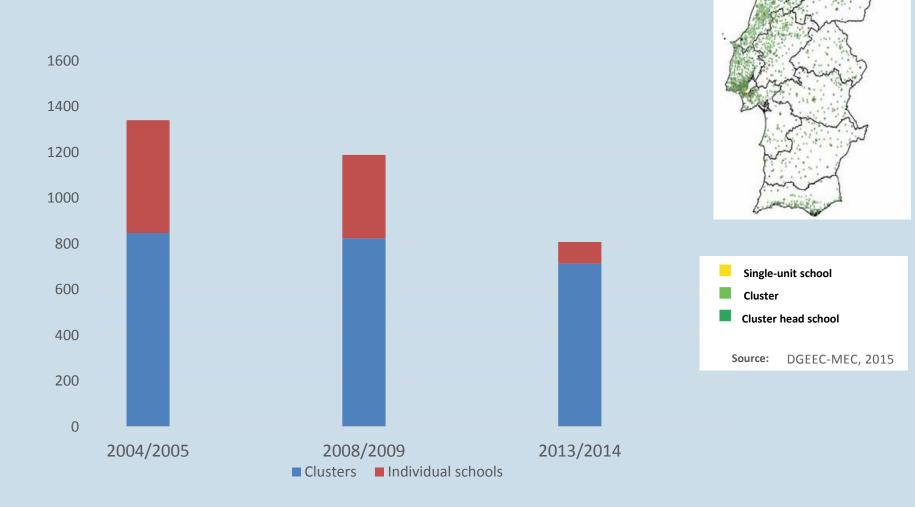




Source: OECD, 2012



Clusters and Individual Schools



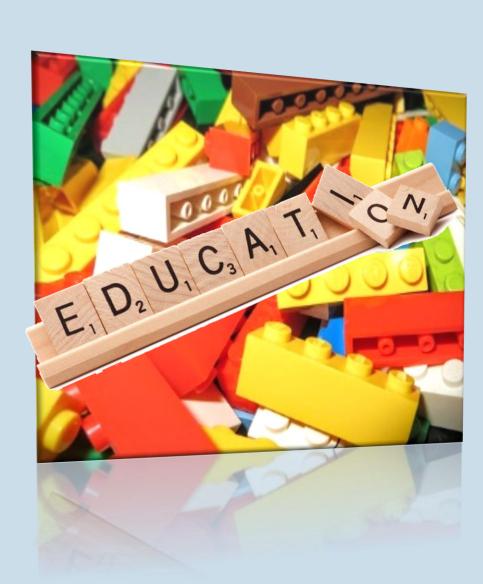
CLUSTERS, AUTONOMY, GOVERNANCE

Demographic – decreasing population.

Organizational - compulsory schooling extension.

Pedagogical – new pre-primary and primary buildings and requalification of some existing ones.

Economic – Physical, human and financial resources rationalising.



CLUSTERS, AUTONOMY, GOVERNANCE

- Dimension vs Management
- Big scale/Distance vs Proximity
- Vertical coherence vs Isolation/Fragmentation

- More autonomy contracts vs Less Autonomy
- Autonomous schools = Non-Autonomous schools

- Higher ratings in leadership and management
- Better results
- Support and differentiation

Vs

Curriculz quantary
 recruit ent a 200 ly

 Centralised system vs new forms of school networks (bottom-up)

Local solutions vs denationalisation

GOVERNANCE

challenge coherence cohesion connections stability trust





NEW BEHAVIORS (social media & media)

TECHNOLOGIES

(shift to the cloud | collaborative technologies | big data | the internet of things)

THE MILLENIAL WORKFORCE

(new attitudes, expectations & ways of working)



MOBILITY

(work anytime, anywhere & on any device)

GLOBALIZATION (no boundaries)

Access



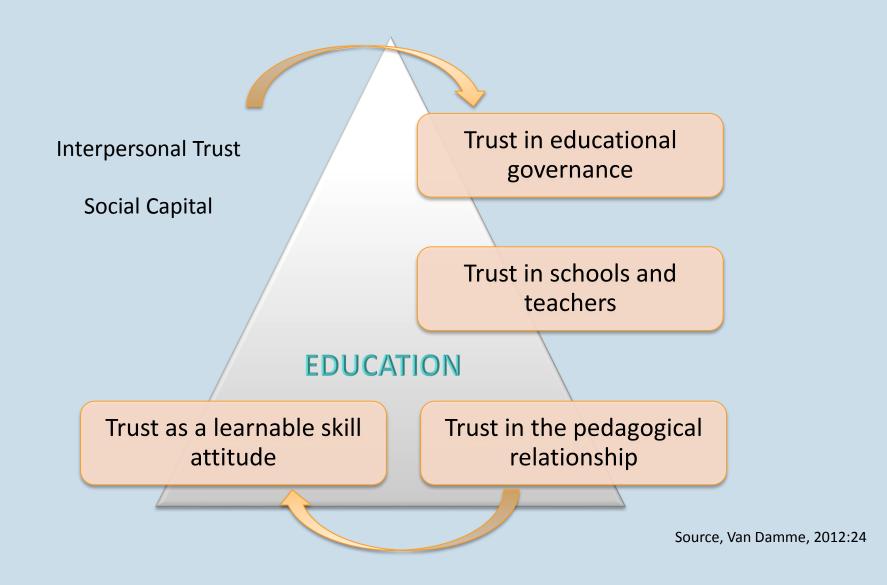
Quality and equity
Autonomy and
decentralisation

Short-termism/strategy/autonomy and decentralisation as possible hindrance of system thinking.

Top priorities:

- Tackling the "culture" of repetition.
- Succeeding in completing the compulsory education within the expect time of school attendance.









"The challenge lies more in questioning certain assumptions and beliefs rather than regulatory change."

(EC/EACEA/Eurydice, 2011, p. 60)

REFERENCES

CNE (2014). Estado da Educação 2014. Lisboa: Autor. Retrieved from

http://www.cnedu.pt/content/edicoes/estado da educacao/Estado da Educação 2014 VF.pdf

European Commission/EACEA/Eurydice/Cedefop (2014). *Tackling Early Leaving from Education and Training in Europe: Strategies, Policies and Measures.* Eurydice and Cedefop Report.

Luxembourg: Publications Office of the European Union. Retrieved from

http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/thematic reports/175en.pdf

EUROSTAT (2014). Geographical information system of the Commission (GISCO)

http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-

explained/index.php/Geographical information system of the Commission (GISCO)

OECD (2012). Education at a Glance 2012: OECD Indicators. ECD Publishing. Retrieved from http://dx.doi.org/10.1787/eag-2015-en

OECD. PISA 2000-2012.

Van Damme, D. (2012). Trust in educational governance and pedagogy. In *Presentation prepared* for conference in *Jerusalem* (Vol. 24). Retrieved from https://goo.gl/jT99gO

Thank you





